

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
RESPOSTA A UM CRÍTICO¹²
[SOBRE OS PONTOS DE GRAMÁTICA HISTÓRICA]

Ismael de Lima Coutinho

No número 2, de agosto do ano passado, da revista *Letras*, órgão da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, publicou o Prof. Mansur Guérios¹³ uma crítica um tanto desfavorável acerca de meus *Pontos de Gramática Histórica*, em que assinala “pequenos senões”, que, a serem verdadeiros, não “empanariam” apenas, para usar de um verbo empregado por S. Ex^a, antes desmereceriam muito o valor da obra.

A seguir, desfia todo o “rosário” de meus pretendidos erros. Digo pretendidos erros, porque só o são no conceito de S. Ex^a, como demonstrarei dentro em pouco.

Conheço de longa data o Prof. Mansur Guérios. Sempre o tive na conta de um filólogo manso, bondoso, complacente com os outros, como soem ser os que muito sabem, em face da ignorância alheia. Por isso, surpreende-me agora a atitude de S. Ex^a, não pelos reparos que me faz, mas pelo tom doutoral com que os faz, ao pretender corrigir, às vezes com certa acrimônia, os meus hipotéticos enganos: “O erro vem de longe”, “Requer revisão”, “Não basta dizer”, “Errada é a definição”, e quejandas outras expressões, que denotam a preocupação de alguém que está no alto de uma cátedra a doutrinar para uma turma de alunos bisonhos. Posso estar errado, mas esta é a impressão que me dá S. Ex^a.

Depois de tantas cutiladas, distribuídas a torto e a direito, quase nenhum efeito produz aquela fichinha de consolação, com que remata a sua infeliz crítica: “A obra, na verdade, merece o acatamento de todos os professores de português e de todos os estudiosos e estudantes.”

Mas vejamos se tem razão S. Ex^a.

Passemos de leve sobre a pequena contradição que representa este seu pensamento: “ de Ismael de Lima Coutinho (refere-se aos meus *Pon-*

¹² Artigo transcrito da *Revista Filológica*, nº 4, Ano I da II fase. Rio de Janeiro, agosto e setembro de 1995, p. 45-58 e Nº 5, Ano II da II fase, 1º semestre de 1956, p. 43-56.

¹³ Esperamos poder publicar, em outro número dessa revista, a resenha crítica de Mansur Guérios (de 1954), a que este artigo é uma resposta.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tos) ...acha-se todavia ampliada em vários capítulos” (anote o leitor o adjetivo “vários”), em cotejo com estroutro, que vem à mesma página, poucas linhas abaixo: “de modo que o retrato atual (fala ainda dos *Pontos*) é, infelizmente, quase o mesmo de outrora”. Se a obra se apresenta, em sua nova edição, ampliada “em vários capítulos”, o seu retrato não pode ser “quase o mesmo de outrora”. A impressão que nos deixa no espírito aquele “quase”, precedido do advérbio “infelizmente”, é a de que a edição anterior e a presente pouco diferem uma da outra, o que não é absolutamente exato. Basta que alguém as compare, para se convencer do que digo.

Examinado este ponto “a voo de pássaro”, como jocosamente escreveu Camilo, demandemos outro rumo.

Não gostou o meu ilustre crítico de que eu incluísse, entre as leis fonéticas, a *lei do menor esforço*, embora acompanhada daquela prudente ressalva de que a considerava uma “lei universal”. De fêrula em punho, apressa-se S. Ex^a a corrigir-me, admitindo, o que não seria possível negar, que ela “se estende a todos os ramos da atividade humana”, é certo, mas que “não é fonética”. Vemos assim que S. Ex^a aceita a causa, mas nega-lhe o efeito, esquecido de que “Le mécanisme de la parole, comme tous les mécanismes, est soumis à des lois générales.” (Ferdinand Brunot et Charles Bruneau, *Précis de Grammaire Historique de la Langue Française*, nouv. éd., Paris, 1937, p. 37)

Afinal, a linguagem é ou não uma atividade do espírito? Isto é o que cumpria ao meu censor, antes de mais nada, deixar bem claro, para que se pudesse aceitar a sua conclusão. Se é uma atividade do espírito, deve estar sujeita à lei geral, no caso à *lei do menor esforço*; se não é, tem razão S. Ex^a, quando diz que ela não é uma lei fonética. Mas é justamente como uma atividade do espírito que a encara o grande psicólogo da linguagem, Wilhelm von Humboldt: “Sie selbst ist hein Werk (Ergon), sondern eine Tätigkeit (Energiea).” (*Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*, Darmstadt, 1949, p. 44).

Afirmando que o erro “vem de longe”, tinha eu a impressão de que S. Ex^a iria apontar algum autor antigo, que o tivesse acolhido ou veiculado, mas o voo de meu eminente catão foi curto, curtíssimo, não passou de Eduardo Carlos Pereira. Ora, a distância que nos separa, no tempo, do emérito professor Paulista, não é assim tão grande para que se possa afirmar que “o erro vem de longe”.

Quem quer que tenha algumas tinturas de assuntos da ciência da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

linguagem sabe que o venerando mestre Eduardo Carlos Pereira nada mais fez que perflhar princípio tido e havido como certo em seu tempo, e ainda hoje aceito, ou não repudiado pelos linguistas.

Competia, pois, ao Prof. Mansur Guérios, para comprovar que “o erro vem de longe”, remontar um pouco mais na escala do tempo e procurar descobrir o autor ou os autores, em que se inspirou o mestre patriótico. Se não quisesse pesquisar muito, que as pesquisas exigem tempo e trabalho, poderia encontrá-lo entre os linguistas do século passado.

Com efeito, talvez o lobrigasse em Whitney, para quem a *lei do menor esforço* era uma tendência “to make things easy to our organs of speech, to economize time and effort in the work of expression”. (*Language and the Study of Language*, London, 1868, p. 28). Ou em Max Müller, que, falando das modificações que o latim sofreu na transição para as línguas românicas, assim se expressa:

Dans le passage du latin aux langues romanes modernes nous pouvons apercevoir non seulement une propension générale à la simplification et une disposition naturelle à éviter l'effort que nécessite la prononciation de certaines consonnes et encore plus des groupes de consonnes... (*La Science du Langage*, trad. fr., 2^o éd., Paris, 1867, p. 78)

Ou ainda em Sayce, que, referindo-se às causas ou princípios gerais das modificações das palavras, assim se externa:

seules pourtant elles rendent la science du langage possible, en l'empêchant d'être stationnaire, en produisant ce mouvement et ce développement constants du langage que permettent le jeu de ses diverses lois. On peut nommer ces deux principes: le *Moindre effort* et l'*Emphase*. (*Principes de Philologie Comparée*, trad. fr., 2^o éd., Paris, 1893, p. 25)

Ou finalmente em Curtius, o mais radical de todos, que atribui à *lei do menor esforço* um papel importantíssimo nas transformações da linguagem: “Bequemlichkeit ist und bleibt der hauptanlass des lautwandels unter allen umständen.” (*Apud* Jespersen, *Language*, Londres, 1933, p. 261).

Concedo que eu tenha dado um pouco mais de elasticidade do que, na verdade, devia, à *lei do menor esforço*. Contradizendo-me, entretanto, S. Ex^a incide no erro oposto, porque nega inteiramente a sua atuação na linguagem. Lá diz o rifão: *Omnia extrema vitiosa*.

Examinemos o assunto mais detidamente.

Apesar das críticas feitas por Leskien, Sievers e Sütterlin, não abandonaram os linguistas a convicção de que a *lei do menor esforço* atua

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na linguagem, explicando por ela, senão todos, o que seria evidente exa-
gero, pelo menos muitos câmbios fonéticos.

Vejamos os seus depoimentos

José Leite de Vasconcelos: “Muitos fenômenos dependem umas
vezes de leis fisiológicas, como a chamada *lei do menor esforço*; outras
vezes do hábito, da analogia, ou ainda do efeito acústico.” (*Opúsculos*,
vol. I (Parte I), Coimbra, 1928, p. 112).

M. de Paiva Boléo: “Além disso, elas resultam (as mudanças fo-
néticas), por vezes, de outras causas, que não são históricas: a *lei do me-
nor esforço*, a necessidade de clareza, etc.” (*Revista Portuguesa de Filo-
logia*, “Notas bibliográficas”, vol. III, t. I e II, Coimbra, 1949-1950, p. 385).

Ferdinand de Saussure:

On a fait intervenir la *loi du moindre effort*, qui remplacerait deux articula-
tions par une seule, ou une articulation difficile par une autre plus commode.
Cette idée, quoi qu'on dise, mérite l'examen; elle peut élucider la cause du
phénomène dans une certaine mesure ou indiquer au moins la direction où il
faut la chercher. (*Cours de Linguistique Générale*, 4^e éd., Paris, 1949, p. 204)

Maurice Grammont:

La loi du moindre effort. Il est certain que *cette loi joue un grand rôle*
dans l'évolution des langues, et qu'en particulier tous les phénomènes
d'assimilation, à quelque degré et sous quelle forme que ce soit, lui sont dus.
(*Traité de Phonétique*, Paris, 1933, p. 176)

Walther von Wartburg: “La commodité humaine, *la tendance au*
moindre effort jouent certainement un grand rôle dans de nombreuses
mutations. Cette tendance a puissamment agi dans l'évolution de presque
toutes les langues.” (*Problèmes et Méthodes de la Linguistique*, trad. fr.,
Paris, 1946, p. 34).

Jean Perrot:

Ainsi, les consonnes placées en position intervocalique tendent à
s'affaiblir, et peuvent même disparaître complètement: Le mot français *vie* n'a
plus trace du *t* intervocalique de la forme latine *vita*. C'est qu'entre deux vo-
yelles, éléments ouverts et sonores, une occlusive sourde comme le *t* de *vita*
tend à se sonoriser et à perdre son occlusion par inertie des organes, sous
l'effet d'une *tendance au moindre effort*. (*La Linguistique*. Paris, Presses Uni-
versitaires, 1953, p. 128)

Otto Jespersen:

In thus taking up the cudgels for the easy theory I am not afraid of hearing
the objection that I ascribe too great power to human laziness, indolence, iner-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tia, shirking, easygoingness, sloth, sluggishness, lack of energy, or whatever other beautiful synonyms have been invented for “*economy of effort*” or “*following the line of least resistance*”. (*Language*, London, 1933, p. 263)

Karl R. von Etmayer: “Bei Reflexbewegungen herrscht aber vielfach ein *Prinzip der Kräfteökonomie*, das in der Sprache schon lange vermutet wird, und das experimentel nachzuweisen gewiss mit der Zeit gelingen dürfte.” (*Vademecum für Studierende der Romanischen Philologie*, Heidelberg, 1919, p. 108).

Hermann Paul:

Die Ursache, warum die Neigung zur Abweichung nach der einen Seite hin grösser ist als nach der andern, kann kaum anders worin gesucht werden, als dass die Abweichung nach der ersteren den Organen des Sprechenden in *irgend welcher Hinsicht bequemer ist*. (*Prinzipien der Sprachgeschichte*, fünfte Aufl., Halle, 1937, p. 56)

Diante de testemunhos tão altos, com quem ficar? Com esses abalizados mestres, que proclamam ser a *lei do menor esforço* uma lei fonética, ou com o meu crítico, que a eles se opõe? Creio que não é possível haver tergiversação. De mim digo que prefiro ficar com eles, porque é o mesmo que ficar com a verdade: *Amicus Plato, se magis amica veritas...*

Não gostou o meu ilustre censor de que eu dissesse que *palu* deu *pau*, e açodadamente me corrige: “É evolução que não se realizou. O *-u*, final, latino, passa a *-o*. Como, então, se tem *pau*? Faz-se mister explicá-lo.”

Certas tiradas de meu crítico tresandam a bizantinices. Elas só se justificariam, em verdade, se fosse S. Ex^a um neófito em filologia. Os neófitos é que têm desses escrúpulos. Mercê de Deus, tal não acontece. Não digo que S. Ex^a seja um veterano nessa ciência, mas a verdade é que não é também um novato. Já tem tempo bastante para estar maduro em assuntos de linguagem. Deixemos, entretanto, estas considerações de parte e tornemos ao caso de *palu* > *pau*.

Queria certamente o Prof. Mansur Guérios que eu explicasse tudo por miúdo: *palu* > *pao* (hiato) > *pau*. Mas, a rigor, nem isto estaria certo. É que a grafia *pao* foi usada mesmo depois que o hiato passou a ditongo. Assim mandava Madureira grafar esta palavra, e ninguém ignora que, em seu tempo, *ao* já constituía um ditongo. Por conseguinte, para ser rigorosamente exato, deveria assinalar todos os elos da cadeia evolutiva, e dispor as formas do seguinte modo: *palu* > *palo* > *pao* > (hiato) > *pao* (ditongo) > *pau*. Talvez isso satisfizesse os escrúpulos de meu catão, mas

me levaria a aumentar muito, sem vantagem, as proporções de meu trabalho.

Quem quer que leia os meus *Pontos* se convencerá de que às vezes me limito a indicar as formas intermédias mais necessárias. O resto deixo ao cuidado do professor ou do aluno inteligente. Aliás, cabe-me declarar que nisto sigo as lições do Prof. Mansur Guérios, a menos que tenha mudado ultimamente de orientação. Com efeito, em sua *Gramática Histórica* (2. ed., São Paulo, 1942, p. 81), diz S. Ex^a que o *-l-* latino cai em nossa língua, e exemplifica: *palatium* > *paço*. Mas como, pergunto eu, é possível derivar *paço* diretamente de *palatium*? E a forma arcaica *paaço*? Parodiando S. Ex^a, também eu poderia dizer: *palatio* > *paço* “é evolução que não se realizou”.

Mas tornemos a *palu* > *pau*. Ninguém ousará negar que caso idêntico é o de *malu* > *mau*. Pois bem. Alguns dos nossos mais reputados filólogos, ao consignarem que *mau* vem de *malu*, não viram a necessidade de explicar a razão daquele *-u*, em português. Não escaparão, portanto, ao solene puxão de orelha que me dá o Prof. Mansur Guérios. Assim, não escapará a ele o Prof. Sousa da Silveira, tão meticuloso sempre em tudo o que escreve, porque tira o vocábulo diretamente do latim: *malu* > *mau* (*Lições de Português*, 4. ed., São Paulo, 1940, p. 80); nem o Prof. Antenor Nascentes, consagrado etimologista, porque navega nas mesmas águas: *malu* > *mau* (*O Idioma Nacional*, vol. IV, 2. ed., Rio de Janeiro, 1933, p. 85); nem ainda o maior dos filólogos portugueses, Leite de Vasconcelos, porque incide na mesma tolice: *malu* > *mau* (*Lições de Filologia Portuguesa*, 2. ed., Lisboa, 1926, p. 290).

Todos esses grandes mestres erraram, erraram redondamente, no conceito do aristarco da gloriosa terra dos pinheirais, porque ensinaram uma evolução “que não se realizou”. Ou melhor, realizou-se, sim, mas “Faz-se mister explicá-lo” (aquele *-u*, já se vê). Por fim de contas, em que ficamos: realizou-se ou não se realizou?

Em sua crítica ao conceito que dou de *vocalização*, pondera o Prof. Mansur Guérios: “É modo tolerável de dizer, pois, realmente, há *semivocalização*. Não se dá a conversão de uma consoante numa vogal, mas numa semivogal.”

É verdade que S. Ex^a não condenou *in totum* a minha definição, com a ressalva que juntou: “É modo tolerável de dizer”. Ainda bem. Depois de tantos anátemas!... Apesar de tudo, insistirei no que escrevi. Tenho para mim que a definição está absolutamente certa. O que se dá com o primeiro elemento daqueles grupos consonantais é a passagem de

consoante a vogal. Pouco importa que esta, pelo fato de formar ditongo com a vogal anterior, passe a semivogal. Não perdeu, por isso, seu caráter vocálico.

Explicando o processo da *vocalização*, assim se expressa Rodrigo de Sá Nogueira:

Como é que teria passado *palpare*, por ex., a *poupar*? Temos aqui, como nos casos anteriores, uma sucessão de três fonemas, *a, l, p*, o que equivale a dizer que temos uma sucessão de três posições dos órgãos da fala: primeiramente a boca abre-se para proferir o *a*; depois o ápice da língua adapta-se à região pré-palatal para proferir o *l*; finalmente a língua retoma a posição normal de repouso, e os lábios cerram-se para proferir o *p*. A predisposição para proferir o *p* faz que a adaptação do ápice da língua ao pré-palato se faça imperfeitamente, o que redundará na produção de uma *vogal*. (*Elementos para um tratado de Fonetica Portuguesa*, Lisboa, 1938, p. 133)

Atentou o meu crítico para a parte final da explicação? Observou que o foneticista luso fala justamente em *vogal*, e não em semivogal?

Se S. Ex^a, entretanto, não se satisfaz com este depoimento, ouçamos os de outros mestres, que se especializaram na ciência dos sons ou fonemas.

P. J. Rousselot: “Quant au terme de *semi-voyelle* nous l’appliquerons à *toute voyelle* qui s’appulera sur une autre voyelle sans former syllabe, et qui sera entièrement comprise dans les limites d’un mouvement articuloire.” (*Principes de Phonétique Expérimentale*, t. II, nouv. éd., Paris, 1925, p. 643).

Maurice Grammont:

Si les *deux voyelles* sont comprises dans la même syllabe, constituant une diphtongue régulière avec *une deuxième voyelle* d’aperture moindre que la première, la syllabe n’est pas du type le plus simple, mas elle est phonologiquement correcte. (*Traité de Phonétique*, Paris, 1933, p. 222-223)

A. C. Juret:

La diphtongue n’est pas, comme la voyelle, la tenue d’un timbre, mais le mouvement continu (tension décroissant continuellement) d’un timbre initial marqué par la première voyelle de la diphtongue à un timbre final marqué par la *sedonde voyelle*, sans que ni le point initial ni le point final soient maintenus. (*La Phonétique Latine*, 2^e éd., Strasbourg, 1938, p. 11)

Pierre Fouché:

Quant à une suite de *deux voyelles*, elle peut constituer un *hiatus* ou une *diphtongue*, suivant que la coupe syllabique tombe entre les *voyelles* ou non, en d’autres termes suivant qu’elles appartiennent à deux syllabes ou à une syl-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

labe. Cette différence de répartition syllabique tient essentiellement à une question de durée et d'intensité vocaliques. Si l'une des *deux voyelles* est assez brève et assez faible par rapport à l'autre, il y a diptongue. (*Phonétique Historique du Français*, Introduction, Paris, 1952, p. 39)

Navarro Tomás: “Las *vocales i, u*, combinadas entre sí o acompañada cada una de ellas por otra vocal, dentro de una misma palabra, forman el grupo fonético que se llama diptongo.” (*Pronunciación Española*, 4. ed., Madrid, 1932, p. 65).

Eugen Dieth: “Ein Diphthong ist demnach eine Folge von *zwei Vocalen*, die derselben Silbe angehören ... und wovon der eine führt, der andere begleitet.” (*Vedemecum der Phonetick*, Bern, 1950, p. 396).

Mas para que ir tão longe, se podemos usar a prata de casa, e prata da boa? Não temos entre nós o Prof. Matoso Câmara, a quem não se negará autoridade em assuntos de fonética, perdão!, de fonêmica? Consultemo-lo, pois:

No ditongo, as *duas vogais* não têm o mesmo relevo e importância dentro da sílaba: uma, de maior vulto, é a BASE da sílaba, ao passo que a outra é uma *vogal auxiliar*, dita ASSILÁBICA, porque por si só não constitui uma sílaba. Sendo de enunciação mais rápida e menos impressiva ao ouvido, a *vogal assilábica* do ditongo também se chama SEMIVOGAL. (*Gramática*, 3ª e 4ª séries ginasiais. Rio de Janeiro, 1945, p. 123)

Voltemos agora ao conceito de *vocalização*. Vejamos como a definem os autores:

“VOCALIZAÇÃO. – Chama-se *vocalização* à passagem de uma consoante a *vogal*.” (Rodrigo de Sá Nogueira, *Elementos para um Tratado de Fonética Portuguesa*, Lisboa, 1938, p. 131).

“VOCALIZAÇÃO é a transformação de consoante em *vogal*.” (Antenor Nascentes, *O Idioma Nacional*, vol. IV, 2. ed., Rio de Janeiro, 1933, p. 53).

“VOCALISATION – Passage de la qualité de consonne à la *qualité de voyelle*: l’*i*, sonante dans *rien*, subit la vocalisation dans *riez*.” (Marouzeau, *Lexique de la Terminologie Linguistique*, Paris, 1933, p. 192).

“VOCALIZATION. – The change of a consonant to a *vowel*.” (Mario A. Pei and Frank Gaynor, *A Dictionary of Linguistics*, New York, 1954, p. 228).

“VOCALIZACIÓN. – Conversión de una consoante en *vocal*. Así, *l > u* en *altariu > autairo > otero*.” (Fernando L. Carreter, *Diccionario de*

Chama a atenção o Prof. Mansur Guérios para o fato de ninguém falar aí em semivogal. Todos *una voce* se referem a vogal. Não sei se S. Ex^a notou que a minha definição se harmoniza perfeitamente com a do último autor citado. Assim, se quinau mereço, é razão que transfira a ele a parte que lhe toca. A cada um o seu quinhão, não é justo?

Não obstante as aparências de plágio, cabe-me advertir ao meu percuciente crítico, a bem da verdade, que tal concordância é mera casualidade. Não conhecia a obra de Carreter à época em que preparava a nova edição de meus *Pontos de Gramática Histórica*.

Para concluir: se *vocalização* não é a transformação de uma consoante em vogal, que se ponha de lado a palavra como imprópria, e em seu lugar se empregue *semivocalização*. Acha estranho? Pois é a isto que nos conduzirá a crítica de S. Ex^a, se quisermos, antes de tudo, ser lógicos.

“CONSONANTIZAÇÃO, definira eu, é a transformação de um som vocálico num consonantal.” Não está certo, replica o meu crítico: “Deve ser transformação de fonema semivocálico em consoante.”

Parece-me que S. Ex^a anda dominado pela mania de descobrir incorreções em tudo. As coisas mais mezinhas lhe merecem reparo. Dir-se-ia que lhe inocularam no organismo, para imunizá-lo contra o erro, algum antídoto poderoso, que lhe empanou o julgamento sereno da razão. Em tudo, vê faltas, enganos, desacertos. Nada lhe escapa.

Por mais que o procure, não encontro motivo para a retificação que me propõe. Falei “em som vocálico” não em “vogal”. Ora, “som vocálico” tanto se pode entender de uma vogal como de uma semivogal. Com efeito, é assim que Marouzeau interpreta a palavra *vocalique*: “Qui comporte à quelque degré une émission de voix ou une sonorité.” (*Lexique de la Terminologie Linguistique*, Paris, 1933, p. 192).

Porventura não encerra a semivogal “à quelque degré une émission de voix ou de sonorité”? Se encerra, o que julgo não ser possível negar, não cometi nenhum erro.

Admitamos, porém, que “som vocálico” signifique ali apenas vogal, como quer o meu crítico. Ainda assim, não vejo razão para corrigir-me. Já ficou assinalado que a semivogal, não deixa de ser vogal, embora ocupando o ponto extremo da escala vocálica.

Ademais, se em *iam* > *já*, representa o *i* uma semivogal em latim,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

melhor diria uma semiconsoante, a verdade é que em *Hieronimu* > *Jerônimo*, onde ele forma hiato com o -e seguinte, é aquele fonema uma verdadeira vogal.

Em resumo, ainda aqui falhou o meu distinto censor. Falhou na interpretação que deu a “som vocálico”, falhou em não admitir que, em certos casos, como o citado acima, possa ser o -i-, em latim, uma verdadeira vogal. A crítica que me faz o Prof. Mansur Guérios é assim, toda ela falha, apressada, sem consistência.

Não é mais feliz S. Ex^a quando me adverte a respeito do que escrevi sobre *apofonia*: “Dever-se-ia registrar que o fenômeno da *apofonia* é verificável dentro do latim e não do latim para o português.”

Mas foi justamente o que eu fiz. Que assim procedi, lá está para atestá-lo a nota de rodapé da página 146, em que trato da *apofonia*: “A *apofonia* é fenômeno que remonta ao latim.” (*Pontos de Gramática Histórica*, 3. ed. Rio de Janeiro, 1954, p. 146). E, para confirmação do que digo, remeto o leitor a Max Niedermann, em cujo *Précis de Phonétique Historique du Latin*, encontrará ele o assunto amplamente ventilado.

Não sei como explicar este e outros lapsos de meu crítico. Que estará acontecendo com S. Ex^a? Julgo-o muito moço para estar naquela quadra da vida em que a realidade aparece um pouco desfigurada. Só ao velho é que, de direito, se permite tresvariar: *Licet senem delirare...*

A nota, entretanto, seria dispensável, uma vez que os exemplos levariam qualquer pessoa atenta àquela conclusão. Com efeito, a relação de ordem etimológica que lá se estabelece é entre a forma latina primitiva e a apofônica. O que esta deu em português, como não interessava propriamente no caso, foi colocado no fim, entre parênteses.

A princípio quis suprimir a citada nota como desnecessária, certo de que o leitor inteligente compreenderia, pelos exemplos ministrados, que o fenômeno se operara em latim. Agora vejo quanto ela foi oportuna. Se até um professor catedrático de português, do estofado de meu nobre colega, acha que o fato não ficou suficientemente claro!...

Diz o Prof. Mansur Guérios, referindo-se a *antes*, que eu dera como exemplo de paragoge: “Não basta dizer que o -s é analógico em *antes*.”

Tenho para mim que S. Ex^a não leu os meus *Pontos de Gramática Histórica* com atenção, porque, se os houvesse lido, não viria com essa advertência. Não viria, porque a explicação que S. Ex^a exige, está à pági-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na 278, onde trato desse advérbio. Aí digo que o *-s* de *antes* se explica “por influência de seu antônimo *depois*.” A leitura parcial de uma obra ou a pouca atenção com que é feita podem dar resultados como este. Falando de metaplasmos, quis apenas assinalar que o *-s* não é primitivo, mas acréscimo posterior, resultante da analogia. No lugar próprio, porém, que é o capítulo onde trato dos advérbios, explico a razão de ser daquele fonema.

Em suma, ainda desta vez não assiste ao meu crítico a menor razão para o seu reparo.

Acha o Prof. Mansur Guérios que o parágrafo 273 dos *Pontos*, isto é, aquele em que falo de *raiz* requer revisão: “Requer revisão o breve parágrafo 273 (para que alongá-lo, pergunto eu, se pouco interessa a português?) referente à *raiz*.”

Li de novo o parágrafo em apreço e confesso, em *sã* consciência, que nada encontrei, absolutamente nada, que devesse corrigir. Os conceitos ali emitidos estão estritamente de acordo com as lições dos mestres da ciência da linguagem. Portanto, rever o quê?

As reflexões que S. Ex^a faz não tem cabimento num trabalho da natureza do meu. Ademais, julgo um pouco arrojadas algumas de suas afirmações. Será mesmo que tenha havido uma fase primitiva na história das línguas, “antes de se constituírem em famílias linguísticas”, em que as raízes eram palavras isoladas? Não entro no mérito da questão. Limite-me apenas a citar a opinião de alguns autores que não pensam do mesmo modo que S. Ex^a. Ouçamos o que eles dizem: “No puede demostrarse que las raíces indoeuropeas obtenidas por el análisis *hayan sido nunca palabras reales...*” (P. Kretschmer, *Introducción a la Lingüística Griega y Latina*, trad. esp. Madrid, 1946, p. 98). “Mais de nos jours tout le monde s’accorde à considérer les racines comme de pures abstractions qui n’ont jamais existé en tant que mots réels.” (Viggo Brøndal, *Essais de Linguistique Générale*, Copenhague, 1943, p. 119). “The doctrine of primitive roots is no longer the concept of real historical existents, but of pure abstractions.” (Wilbur Marshall Urban, *Language and Reality*, se. impr., 1951, p. 76).

Acho também que S. Ex. [avança muito, quando afirma, de modo categórico, que: “É *raiz*, tanto, p. ex., *reg-* como o morfema *-s* que se lhe juntou.”

Esta afirmativa me parece hoje coisa superada, tresandando à épo-

ca de Bopp, para quem as desinências não passavam, em verdade, de outras tantas raízes, que se aglutinaram ao núcleo principal, perdendo a sua autonomia. Em que se funda o meu crítico para doutrinar que o *-s* de **regs > rex* é uma raiz?

Feitas estas observações de passagem, examinemos agora o parágrafo 273. Começo o referido parágrafo, pela definição de raiz: “o nome que se dá ao elemento primário e significativo da palavra”. Penso que não pode haver aí motivo para revisão, porquanto é a raiz, na verdade, o núcleo ou elemento primário, em torno do qual se grupam os outros elementos de formação. Aliás, neste ponto, está S. Ex^a de acordo comigo. Em sua crítica, admite que ela seja o elemento primário. Em seguida, digo que esse elemento primário encerra uma significação, donde o emprego do “significativo”. Vale a pena assinalar que este requisito importante, na definição de raiz, escapou ao meu crítico. É a raiz, com efeito, que contém o sentido fundamental da palavra.

Não basta, pois, dizer como S. Ex^a: “Sincronicamente (ou imprópriamente) raiz é o elemento primário da palavra, despojado de qualquer adjunção ou modificador.” Não basta, porque falta aí um requisito essencial, que é a significação. De uma omissão resvalou S. Ex^a num engano. É que não é possível chegar alguém ao conceito sincrônico de raiz, que resulta de uma análise ou decomposição, sem levar em conta o sentido geral presente em todas as palavras cognatas ou da mesma família. Quem o diz não sou eu, é ninguém mais, ninguém menos que mestre Ferdinand de Saussure:

D'autre part, comme toute décomposition subjective et synchronique ne peut séparer les éléments matériels *qu'en envisageant la portion de sens qui revient à chacun d'eux*, la racine est à cet égard l'élément où le sens commun à tous les mots parents atteint le maximum d'abstraction et de généralité. (*Cours de Linguistique Générale*, 4^e éd., Paris, 1949, p. 255)

No conceito de *raiz*, é tão importante a menção de tal requisito, que os linguistas deixam às vezes de aludir à sua condição de elemento primário, mas não se esquecem, na generalidade dos casos, de acentuar que ela representa, na palavra ou numa família de palavras, o sentido geral, ou melhor, o semantema.

Vejamos como eles se expressam neste assunto:

“Le mot indo-européen comprend ainsi trois parties: la *racine*, le *suffixe* et la *désinence*, dont chacune a un rôle distinct: la racine indique le *sens général du mot...*” (A. Meillet, *Introduction à l'Étude Comparative*

“Un nom indo-européen comporte d’abord une racine qui exprime la notion concernée par le mot.” (P. Chantraine, *La Formation des Noms en Grec Ancien*, Avant-propos, Paris, 1933, p. IX).

“on nommera RACINE l’élément essentiellement significative d’un mot ou d’une famille de mots, SUFFIXES ou AFFIXES, les éléments dont l’adjonction nuance et précise le sens vague et général contenu dans la racine.” (Victor Henry, *Précis de Grammaire Comparée du Grec et du Latin*, 5^e éd, Paris, 1894, p. 108)

“Une racine se définit donc comme l’unité formée par un concept...” (A. Juret, *Dictionnaire Etymologique Grec et Latin*, Strasbourg, 1942, p. XV).

“Chiamiamo radici gli elementi *leg-, dic-*, assieme di suoni cioè designanti un certo nucleo concettuale che sta alla base delle parole che lo contengono...” (Vittore Pisani, *Glottologia Indeuropea*, 2. ed., Torino, 1949, p. 101)

“Nell’analisi morfologica distinguiamo innanzi tutto due elementi fondamentali: il semantema¹⁴, che esprime il *significato fondamentale* di una voce o di un’intera serie di voci e il morfema, che indica le particolarità accessorie.” (Carlo Tagliavini, *Introduzione alla Glottologia*, 4. ed., Bologna, 1950, p. 337).

“*base and inflexion* (also termed *semanteme* and, popularly, *root*, the element containing the *general meaning of the word...*” (Louis H. Gray, *Foundations of Language*, New York, 1939, p. 150).

“Die Wurzel, die man in der Regel in uridg. Lautung anführt, ...stellt nichts anderes dar als unsere Ansicht darüber, welches Stück einer Wortform, ... die Sprechenden gleichsam als *Bedeutungszentrum empfunden haben...*” (Karl Brugmann, *Vergleichende Laut-, Stambildungs- und Flexionslehre...*, zweite Bearb., zweite Band, erst. Teil, S-trassburg, 1906, p. 5-6).

“die letzten erkennbaren *bedeutsamen Lautbestandteile der Wörter.*” (G. von der Gabelentz, *Die Sprachwissenschaft*, zweite Aufl., Leipzig, 1901, p. 295).

¹⁴ Il semantema corrisponde dunque, in molti casi, quello che comunemente si suol chiamare *radice*, e non manca se non in casi eccezionale e abbastanza rari...” (Carlo Tagliavini, *Ibidem*, p. 337).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em suma, do que fica exposto, conclui-se que, se há alguém que precisa rever o que disse sobre *raiz*, não serei certamente eu. O conselho talvez aproveite ao meu próprio crítico, que nos ministra uma noção falha de *raiz*, com omissão do elemento mais importante, que é o semântico. Volta-se assim o feitiço contra o feiticeiro.¹⁵

Em sua crítica aos meus *Pontos de Gramática Histórica*, diz o Prof. Mansur Guérios: “Recentemente encaram os especialistas o vocábulo *arroio* como latino – *ruga* – com adjunção de *a-* – *arrugia* – conforme tendência fonética basca”.

Quais sejam esses “especialistas” não nos diz S. Ex^a. Entretanto, era seu dever citá-los. Não é com simples alegações no ar que se desfazem ou se contradizem verdades tidas e havidas tradicionalmente como certas.

Mas examinemos, mais de espaço, o caso.

A primeira vez que a palavra aparece em autor antigo é em Plínio, que a consigna como pertencente à linguagem dos mineiros hispânicos: “Cuniculis per magna spatia actis cavantur montes ad lucernarum lumina. Eadem mensura vigiliarum est: multisque mensibus non cernitur dies. *Arrugias* id genus vocant...” (*Historia Naturalis*, Col. Nisard, Paris, 1883, vol. II, l. XXXIII, c. XXI).

É ao texto de Plínio que se reportam os vários dicionaristas que a registram. Assim, Forcellini, Freud, Georges, Walde-Hofmann, Ernou-Meillet, Gaffiot etc. Mais tarde vamos encontrá-la, ainda na região ibérica, num texto do século IX, citado por Du Cange, sob a forma *arrogium*: “Et descendit, ubi intrat *Arrogio*, quae dicunt Rubisco, in Syle, et concludit per illum *Arrogium* de Rubiscum, etc.” (*Glossarium Mediae et Infimae Latinitatis*, Parisiis, 1840-1850, t. I, p. 415).

A sua procedência ibérica é admitida por autores de peso, entre os quais se pode citar Meyer-Lübke.

Nous pouvons toutefois donner, diz ele, avec assez de vraisemblance comme ibériques les mots suivants: esp., port. *páramo*, lande, déjà C.I.L., II, 2660, esp., port. *nava*, plaine, basq *nava*, cf. *Navarra*, esp. *vega*, port. *veiga*,

¹⁵ Até aqui foi publicado no número de agosto e setembro de 1955 da *Revista Filológica*, continuando a partir da página 43 do número 5, do ano II da II fase, no 1º semestre de 1956. Como a diagramação dos dois números é diferente, uniformizamos os casos identificados, como os grifos, abreviaturas etc., para da forma mais próxima possível ao padrão da nossa *Revista Philologus*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

plaine, esp. *arroyo*, port. *arroio*, b.-lat. *arrogium*, ruisseau, dont *arrugia*, galerie de mine, qu'on rencontre dans Pline... (*Grammaire des Langues Romanes*, trad. fr., reprint, 1923, vol. I, p. 47)

Como pertencente ao substrato ibérico cita-a Carlo Tagliavini, um dos mais reputados e modernos linguistas italianos: “Fra le voci documentate in latino come peculiari della Penisola Iberica e che con certezza o verisimiglianza si possono attribuire al sostrato, ricorderemo: *arrugia*...” (*Le Origini delle Lingue Neolatine*, 2. ed., Bologna, 1952, p. 106). Ainda como hispânica é que a registram J. Corominas (*Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, Madrid, Gredos, 1954, vol. I, p. 286) e Vicente García de Diego (*Diccionario Etimológico Español e Hispánico*, Madrid, 1954, p. 604, n. 726). Os três últimos autores estão aí vivos e, por isso, não podem ser tachados de antigos.

Relacioná-la etimologicamente com o latim *ruga*, como querem os “especialistas” recentes, no dizer de meu crítico, que parece endossar a sua opinião, é fazer *tabula rasa* da quantidade do *-u-*, que é longo em “*rūga*” e breve em “*arrūgia*”. Digo isto, porque não me convenceu o recurso de que Harri Meier lançou mão para justificar a mudança de quantidade do *-u-* tônico.

Mas admitamos, por um momento, que “*arrūgia*” se derive de “*rūga*” através de **rugia*, com *a* protético, decorrente da pronúncia basca, – porventura se conhece a origem de “*rūga*”?

Afirmam Ernout-Meillet que, para esta palavra, não há etimologia clara: “Aucune étymologie claire”. (*Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine*, 3^o éd., Paris, 1951, t. II, p. 1023). Destarte, nada se opõe a que pensemos num substrato pré-indo-europeu, de origem ibérica, de que terá surgido de um lado o vocábulo basco e de outro o latino. A hipótese de um substrato, que explique as duas formas, não repugna ao Prof. Serafim da Silva Neto: “A filiação de *arrugia* em *ruga* não exclui de todo, porém, a hipótese do *substrato*...”. (*História da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1955, fasc. IV, p. 152, nota 122)¹⁶. Restaria, porém, sempre o obstáculo da diferença da quantidade do *-u-*.

A hipótese de que “*arrūgia*” se possa derivar de “*rūga*” não é novidade, como se me afigura querer inculcar o Prof. Mansur Guérios. Foi levantada nos começos do presente século [século XX] por L. Biadene:

¹⁶ Leia o meu crítico a erudita nota que sobre a origem de *arrugia* escreveu o Prof. Serafim da Silva Neto, na obra citada.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Questa voce *arrugia*, che il Forcellini, da cui abbiamo tolto la definizione testè datane, dice “hispanica” e “ad latinam consuetudinem traducta”, è dunque invece anch’essa di base latina e non si potrà dire spagnuola se non in quanto fu usata in Ispagna in questa forma e col significato che s’è visto. (*Miscellanea Linguistica in onore di Graziadio Ascoli*, Torino, 1901, p. 555)

Veiculou-a mais recentemente a dupla Walde-Hofmann, sem explicar a diferença da vogal tônica. Estes mesmos autores, entretanto, nos acrescentamentos e correções (*Nachträge und Berichtigungen*), feitos ao 1º volume do seu *Lateinisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, 1938, p. 849, tornando à “arrügia”, emendaram a mão e acolheram a hipótese sustentada por Bertoldi, que a filia a um substrato ibérico-basco **rugia*. (Ver *Bullétin de la Société de Linguistique*, XXXII, 1931, p. 120-123). Com a etimologia proposta pelo mestre italiano concorda plenamente Menendez Pidal, que prende ao mesmo substrato alguns topônimos sardos e espanhóis. (Ver *Orígenes del Español*, Madrid, 1950, 3. ed., p. 194, n. 2).

Dessa base pré-indo-europeia teriam saído também as formas existentes em dialetos do norte da Itália, como *rugia* (Piemonte), *rogia* (Trentino), *roie* (Friulano) etc., não obstante as reservas de Meyer-Lübke, que acha pouco segura a conexão de parentesco delas com o ibérico “arrügia”. (Ver *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, 3, Aufl., Heidelberg, 1935, n. 678).

Poderá S. Ex^a, entretanto, pôr em dúvida que **rugia* seja substrato ibérico. Mas isto é outro assunto. Nada tem a ver com o nosso caso. Bertoldi, como vimos, é partidário desta hipótese. Franz Altheim, ao contrário, se inclina para um substrato alpino: “Das wort *rugia* gehört nicht der berberisch-iberischen Schicht, sondern der wet-östlich verlaufenden ‘alpinen’ an.” (*Geschichte der Lateinischen Sprache*, Frankfurt am Main, 1951, p. 166).

Do que aí fica dito conclui-se que não tem razão, mais uma vez, o Prof. Mansur Guérios. Ao revés do que S. Ex^a afirma, os linguistas modernos não “encaram o vocábulo *arroio*” como procedente do latim *ruqa*, antes parecem repelir essa hipótese. Falam, sim, num substrato ibérico ou alpino. Se o meu pouco atilado crítico entreviu a malfadada filiação no Walde-Hofmann, então não perca tempo, siga-lhe o exemplo, corrija-se mais que depressa, lembrado da velha sentença de Publílio Siro: *Satius ignorare rem quam male discere*.

Tratando dos elementos árabes, disse eu que a influência da língua árabe no português “se limitou quase exclusivamente ao vocabulário”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Esta inocente afirmação, porém, não agradou ao meu crítico, que parece haver-se assombrado com a minha ignorância: “Que mais queria o Autor? Se assim não fosse, já não existiria o português.”

Às vezes fico em dúvida sobre o sentido exato em que deva tomar as palavras do Prof. Mansur Guérios. Será que S. Ex^a quis mesmo dizer o que aí está? Não terá o tipógrafo atraído o seu pensamento? Não serei eu porventura vítima de um engano de interpretação? Estas e outras considerações me vêm ao espírito quando tento penetrar no sentido de certas afirmativas de meu crítico. Digo isto, porque me repugna acreditar que um filólogo da estirpe do Prof. Mansur Guérios ignore fato tão comezinho como este, que um idioma possa ser atingido em outras dependências, fora do vocabulário, sem que isso redunde em seu desaparecimento ou morte.

Acaso não será lícito a uma língua sofrer a influência de outra em sua fonética? Os exemplos estão aí para atestar que essa influência é real, existe de feito. Não é de outro modo que se explicam certas particularidades de pronúncia ou câmbios fonéticos, verificados em algumas delas.

Desçamos a pormenores.

É sabido que o *f*- latino foi conservado no castelhano até o século XV. A partir de então, foi ele substituído nas palavras do idioma de Castela por *h*-. Teria sido uma evolução natural? É o que não julgaram provável os linguistas. Por isso, empenharam-se em procurar a explicação do fenômeno alures. Não demorou muito que descobrissem a chave do problema. Com efeito, depois de assinalar a ocorrência do fenômeno, desde o século XI, em algumas áreas do norte de Burgos, da Rioja e do alto Aragão, assim conclui Menendez Pidal:

estas regiones se encuentran immediatas al país vasco, donde también la *f*- fué siempre un sonido exótico; por esto debemos suponer que la sustitución de la *f*- por la *h*-, y hijo de la influencia ibérica..., de los dialectos indígenas vecinos al vasco. (*Manual de Gramática Histórica Española*, 6. ed., Madrid, 1941, p. 122-123).

No antigo francês, a aspiração do *h*- – hoje simples reminiscência histórica, uma vez que ele não é mais aspirado, deu tratos à bola a mais de um estudioso. Como explicá-la? Seria errôneo supor que ela pudesse remontar ao latim. O *h* deixara de ser aspirado na língua de Cícero muito antes da formação dos idiomas românicos. Na influência germânica encontraram os linguistas franceses a justificação do fenômeno: “On peut citer l’ancien français, qui emprunte au germanique l’*h* aspiré...” (A.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dauzat, *La Philosophie du Langage*, nouv. éd., Paris, 1927, p. 102). E mais, tão grande foi a infiltração do elemento germânico no francês que Wartburg chega a atribuir-lhe as principais diferenças fonéticas existentes entre ele e o provençal: “Si donc le français présente un habitus phonétique nettement différent du provençal, la cause en est l’infiltration germanique.” (*Problèmes et Méthodes de la Linguistique*, trad. fr., Paris, 1946, p. 37).

A questão do *u* francês tem dado motivo a sérias controvérsias. A singularidade do fenômeno no seio das línguas românicas levou alguns linguistas a procurarem para ele uma justificativa fora do âmbito latino. Áscoli, por exemplo, pretendeu descobrir aí uma influência céltica, ou melhor, gaulesa:

L’*ū* latino era uno schietto *u*, come appunto suona nel toscano *duro* ecc., laddove l’*ũ* latino piegava all’incontro ad *o* (*o* chiuso), come appunto suona nel tosc. *noce* nuce ecc. Ora, il suono che tra’Galli stava men rimoto dallo schietto *u*, era l’*ü*. E il lat. *duro*, per esempio, non potea dal loro stromento orale esser facilmente riprodotto se non per *düro* (*düro dür*). (*Una lettera glottologica*, Torino, 1881, p. 23)

Esta opinião, embora contestada por alguns autores, é, de certo modo, aceita por Wartburg, que assim a explica:

Il me semble donc permis de continuer à voir un celticisme dans le changement de *u* > *ü*, avec les modifications que voici: les Gaulois avaient des habitudes articulaires que devaient donner une couleur plus palatale à l’*u*. (*Evolution et Structure de la Langue Française*, 3^e éd., Berne, 1946, p. 23)

Em certas regiões da Sicília e em todo o sul da Itália, observa-se um tratamento especial das geminadas latinas *-ll-*. Acham-se elas representadas nos dialetos locais por *-dd-*. O fenômeno é uma decorrência de antigas línguas aí faladas. Assim o resume Wartburg:

Ainsi lorsque les colons de Haute-Italie furent appelés pour repeupler et romaniser la Sicile enlevée aux Arabes, ils se trouvèrent sans transition en présence de phonèmes très différents de ceux qu’ils apportaient avec eux. En Sicile comme dans toute l’Italie du Sud, on prononçait, au lieu de *ll* un son apical *dd*. Avec le temps, ce son fut recueilli dans le système phonétique des dialectes de Sperlinga, Aidone, etc., qui présentent un caractère haut-ital. Mais on ne se borna pas à *ll*: chaque *l* simple fut bientôt, lui aussi, remplacé par *dd*. Précédemment les colons prononçaient, comme on le fait en Hte-Italie, *stella* e *luna* avec le même *l*. Prononçant maintenant, à l’imitation du Sicilien *stidda* (*stella*) *stidda* (Sperlinga) ou *stidda* (Aidone) ils introduisirent également ce nouveau son dans *luna*, que les Siciliens prononçaient avec *l*. (*Problèmes et Méthodes de Linguistique*, trad. fr., Paris, 1946, p. 27)

Se quisermos dos idiomas românicos remontar ao latim, aí encon-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

traremos, na própria aspiração, seguro exemplo de que uma língua pode sofrer o influxo fonético de outra. O *h* já havia perdido a sua aspiração, em latim, muito antes da época imperial. O restabelecimento de sua aspiração se deve ao grego. As letras gregas χ , θ , ϕ , antes representadas por *c*, *t*, *p*, passaram depois a ser grafadas *ch*, *th*, *ph*, indicando aí o *h* a aspiração própria daqueles fonemas na língua de Homero, desde o momento em que os romanos se deixaram apossar, não obstante a repulsa de velho Catão, da mania de imitar o grego. Então, antigas palavras latinas, sem nenhuma razão, passam a ser pronunciadas com aspiração, e o *h* é que representa nelas a “nota aspirationis”, de que falam os gramáticos. Membrros de famílias ilustres do Lácio consideraram que seria um sinal de distinção e nobreza incorporar aos seus nomes aquele “cachet grec”. É, pelo menos, o que nos diz Niedermann:

Dès lors certaines familles romaines trouvèrent élégant de donner à leurs noms un cachet grec en les afflublant de l’aspiration en question. Les Sempromnii changèrent leur cognomen *Graccus*¹⁷ “geai” en *Gracchus*; sur des monnaies de l’an 103, on trouve *Pulcher*; “Cetēgus”, Oīō”, “Torius” devinrent “Cethēgus”, “Othō”, “Thorius”. Enfin, cette prononciation hellénisante s’étendit même aux noms communs, “sulpur” *soufre*, “centuriō”, *centurion*, “corōna” *couronne*, “lacruma”, “lacrima” *larme*, “praecō” *héraut*, “pulcher” *beau*, “sepulcrum” *tombeau*, faisant place, dans la bouche des gens que voulaient être à la page, à “sulphur”, “chenturiō” ou “centhuriō”, “chorōna”, “lachruma”, “lachrima”, “praechō”, “pulcher”, “sepulchrum” ou “sephulcrum”. (*Précis de Phonétique Historique du Latin*, 3^e éd., Paris, 1953, p. 85)

Ela foi para os habitantes de Roma uma espécie de pedra de toque que servia para distinguir as pessoas das classes elevadas e humildes da sociedade. A mania se generalizou de tal modo que despertou contra ela a veia satírica de Catulo (*Carmen*, 84).

Nem mesmo o acento, que é coisa muito particular a cada idioma, se conserva intacto no conflito que se estabelece entre as línguas. Observa-se isso claramente com as pessoas que se ausentam, por muito tempo, de seu país de origem. Os ouvidos se habitam ao acento da língua estranha, os órgãos emissores se afazem à pronúncia alienígena, de maneira que, quando a ele retornam, aplicam inconscientemente à língua própria o acento da estrangeira. Fatos dessa espécie são muito comuns, em nossos dias, em que as facilidades de comunicação são maiores, em que as relações internacionais mais se estreitam e intensificam.

¹⁷ A aspiração nestes e outros cognomes explica Schulze por provável influência etrusca. (Ver Kretschmer, *Introducción a la Lingüística Griega y Latina*, trad. esp., Madrid, 1946, p. 234).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O que se verifica no presente deve ter-se verificado em época pré-literária com o latim, ou melhor, com o itálico. Nenhum dos idiomas indo-europeus possui o acento de intensidade inicial, o que vem demonstrar a sua inexistência no protoindo-europeu. Entretanto, o latim, segundo a maioria dos linguistas, teve, em sua fase pré-literária, aquele acento. Como explicar o fato, senão pelo contato dos povos itálicos com outro, cuja língua o possuía? Kreitschmer, secundando a opinião de Schulze, acha possível que eles o tenham herdado dos etruscos:

Pero sería todavía de mucha mayor trascendencia que la acentuación pre-literaria de la primera sílaba de cada palabra en latín hubiera que atribuirla a influencia etrusca; es cierto que esto no puede demostrarse de un modo absoluto, pero, no obstante, es verosímil, y en todo caso parece cronológicamente posible. (*Introducción a la Lingüística Griega y Latina*, trad. esp., Madrid, 1946, p. 234)

Nem ao âmbito dessa influência escapa a morfologia, embora seja nesse domínio que as línguas oferecem mais resistência. Os antigos linguistas chegavam mesmo a negar que isso se pudesse verificar. Os modernos, entretanto, se mostram mais transigentes. Poucos são hoje os que a negam, entre os quais vejo que se inclui o Prof. Mansur Guérios. Convém lembrar que foi ela assunto especial de um tema, apresentado a debate no “Sexto Congresso Internacional dos Linguistas”, realizado em Paris, em julho de 1948. Nas *Actes*, que estão publicadas, poderá o meu crítico certificar-se de que, se houve algumas vozes discordantes, a maioria se manifestou inequivocamente pela aceitação da tese. Este fato reconheceu-o, em seu relatório, o Prof. Hans Vogt, da Universidade de Oslo: “Tous nos collègues, à quelques exceptions près, se sont prononcés pour la possibilité, en théorie illimitée, de l’influence d’un système morphologique sur un autre...” (*Actes du Sixième Congrès International des Linguistes*, Paris, Klincksieck, 1949, p. 35).

Para não alongar muito esta parte de minha resposta, citarei aqui as principais opiniões que se manifestaram favoráveis à influência morfológica:

There is no limit in principle to the influence which one morphological system may have upon another. The interest of the linguist centers in the degree of resistance offered by different parts of the system exposed to similar external pressure. (For instance in Hungarian it is the verbal, but in Finnish the nominal system which shows more traits reminiscent of Indo-European structure. (C. E. Bazell, *Ibidem*, p. 303)

Il existe des exemples iffécutables pour l’influence du système morphologique d’une langue donnée sur le système d’une langue géographiquement voisine. (Les systèmes des cas en roumain et bulgare révèlent même des acti-

Ainsi que l'ont démontré les néolinguistes italiens d'abord et l'Ecole de Prague ensuite, il n'existe absolument, pas de limites à la pénétration du système morphologique d'une langue par celui d'une autre; cette pénétration, on le sait, peut arriver jusqu'à transformer entièrement le système morphologique d'une langue (cf. e. g. l'anglais, le bulgare, l'arménien). (g. Bonfante, *Ibidem*, p. 304)

Creio que não são necessárias mais citações. Bastam as que aí ficam, para que o meu crítico se capacite de que a morfologia de uma língua pode ser atingida pela de outra. Todavia, se S. Ex^a ainda nutre alguma dúvida sobre tal assunto, aconselho-o a que leia todas as comunicações e discussões, que ocupam quase uma centena de páginas do volume citado. Aponto-lhe principalmente a de Bonfante, que trata da ação do grego sobre as línguas românicas (p. 504-506); a de L. Galdi, que versa sobre o crioulo francês (p. 307-315); a de Krepinsky, que assinala a influência do eslavo sobre o romeno (p. 317-324); a de M. Moreno, que ressalta a pressão forte exercida pelo cuchítico¹⁸ sobre as línguas da Etiópia (p. 325-332).

Finalmente, a própria sintaxe não está isenta de influências estranhas.

Não é necessário andar à cata de exemplos distantes, nesse domínio, quando os temos à mão. Todos os professores de português sabemos da luta constante que travaram os filólogos do século passado [século XIX] e que continuamos a travar em nossos dias, embora não com tanto vigor, contra os galicismos de toda ordem, especialmente os sintáticos. Apesar disso, eles se insinuam em nossa língua literária, o que se explica pelas frequentes leituras de obras francesas e pelas más traduções que inundam o mercado nacional do livro. Não aponto exemplos, porque o meu crítico os conhece tão bem quanto eu.

Querer negar essas influências é fechar os olhos à evidência dos fatos ou cerrar os ouvidos ao depoimento dos linguistas, como veremos.

Sauvageot, por exemplo, acha que a sintaxe de uma língua é atingida primeiro que a própria morfologia:

Mais l'action d'une langue sur la morphologie d'une autre ne se produit qu'en second lieu. C'est d'abord sur la syntaxe que s'exerce la première action, celle qui est déterminante. Quand la syntaxe d'une langue a été modifié

¹⁸ Grupo de cerca de 24 línguas faladas na África oriental, Oeste do Sudão e Norte do Egito, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

par celle d'une autre langue, elle est devenue réceptive à des décalques morphologiques. (*Ibidem*, p. 500-501)

Afirma o Prof. V. Polák em sua comunicação, feita numa das sessões do citado Congresso, que uma estrutura linguística não é coisa perfeita e acabada, antes admite variações individuais que se vão fixando na língua a ponto de poder atingir o próprio sistema linguístico, e conclui:

Or, c'est là, précisément, que peut entrer en jeu l'action de structures étrangères: si les sujets parlants éprouvent, à un moment donné, l'insuffisance de certains procédés d'expression de leur langue, et si les circonstances historiques sont favorables à l'action d'une langue étrangère, il peut arriver qu'ils complètent ou remplacent les procédés d'expression en cause par des procédés d'expression empruntés, et ceci sur tous les plans (phonétique, morphologique, syntactique, etc.) de la structure linguistique. (*Ibidem*, p. 334)

Falando dos conflitos das línguas nos Estados Unidos da América do Norte, para onde é grande a afluência de imigrantes, assinala Vendryes a influência do inglês sobre o alemão. Cita a propósito a frase alemã – *Milch gleicht der Onkel nit*, onde vê um decaque do inglês – *Uncle does not like milk*. (*Le Langage*, Paris, 1921, p. 334). Algumas páginas depois, denuncia a ação do eslavo sobre o alemão da Áustria, o que se pode depreender da ordem das palavras na seguinte frase, onde o objeto direto, contra o hábito do idioma teuto, precede o verbo: *guten Morgen wünsch'ich Ihnen* (“bons dias eu vos desejo”), *Recht hat er* (“razão tem ele”). (*Ibidem*, p. 342). Outro idioma que tem suportado o impacto direto do inglês americano é o polonês. As observações que fez, a este respeito, Doroszewski, em sua obra intitulada *La Langue Polonaise aux États Unids*, Varsóvia, 1938, são dignas da mais atenta leitura.

A colocação do pronome sujeito depois do verbo em francês, atribui-a Meillet à influência germânica:

La concordance entre l'usage français et l'usage germanique est complète ici: le sujet se place après le verbe soit pour indiquer l'interrogation, soit si la phrase commence par quelque détermination: *Ci-git Pierre*. Comme ces usages n'ont en eux-mêmes rien de nécessaire, qu'ils résultent des conventions traditionnelles, ils traduisent le fait que, durant plusieurs siècles, des hommes habitués à pratiquer à la fois le latin et le germanique ont construit leurs phrases latines comme leurs phrases germaniques. (*Linguistique Historique et Linguistique Générale*, t. II, nouv. tir., Paris, 1938, p. 97)

A influência da sintaxe francesa e latina no inglês é reconhecida por Sapir, pelo menos na língua literária: “In the sphere of syntax one may point to certain French and Latin influences, but it is doubtful if they ever reached deeper than the written language.” (*Language*, New York, 1939, p. 216, n. 9).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Mais forte certamente foi, nesse domínio, a ação do grego sobre o latim. Rastreamos os traços vigorosos dessa ação nos principais autores latinos, especialmente a partir de Augusto. Para o meu crítico avaliar o grau dessa influência, reconhecida e proclamada pelo próprio Horácio, que não sentiu feridos, por isso, os seus melindres de patriota (*Graecia capta, ferum victorem cepit*¹⁹) basta consultar a obra clássica, já hoje rara, de J. Brenous, intitulada *Etude sur les hellénismes dans la syntaxe latine*, Paris, Klincksieck, 1895; ou qualquer das seguintes: *Syntaxe latine* de O. Riemann, revista por A. Ernout, 7^e éd., Paris, Klincksieck, 1942; *Syntaxe latine* de A. Ernout e François Thomas, Paris, Klincksieck, 1951; *Syntactica: Studien un Beiträge zur historischen Syntax des Lateins* de Einar Löfstedt, Lund, 1933; e *Lateinische Grammatik* de Stolz-Schmalz, revista por Hofmann, fünft. Aufl., München, 1928. De uma das obras mencionadas citarei apenas um passo, que tomo aos latinistas franceses Ernout e Thomas: “Par suite de l’influence exercée par le grec comme langue de civilisation, d’assez nombreux hellénismes se sont introduits dans la syntaxe latine.” (*Syntaxe latina*, Paris, Klincksieck, 1951, p. 2).

Nem se diga que essa influência ficou restrita à língua literária, pois é sabido que se encontram dela reflexos também na vulgar, como o atestam a *Cena Trimalchionis*²⁰ e a *Bíblia*²¹.

Reatemos agora o fio da meada, roto pela série de considerações que venho fazendo. Julgo não subsistir mais nenhuma dúvida de que línguas de sistema e estrutura diferente, uma vez em contato, possam penetrar-se e interpenetrar-se, em certas circunstâncias. Se não bastassem as opiniões e as provas aqui aduzidas, aí estariam as chamadas línguas “mistas”, para atestar a realidade do que afirmo.

Ora, o árabe, durante tanto tempo, língua oficial da Península Ibérica, e que foi falado pelos cristãos simpatizantes da cultura muçulmana, como é o caso dos moçárabes, gozando, além disso, do prestígio de uma

¹⁹ *Epist.*, 1, 1, l. v. 156.

²⁰ Falando da sintaxe de Petrónio, assim se externa E. Thomas: “La syntaxe devient là si particulière que l’idiome en prend un air presque étranger. Les phrases s’émaillent de réflexions prudhommesques, de grécismes, de solécismes, sans compter plus d’un emprunt à la langue verte de Rome”. (*Pétrone*, Paris, 1912, p. 176)

²¹ Referindo-se aos helenismos do latim da *Bíblia*, diz Pierre de Labriolle: “Déjà très hospitalière aux hellénismes chez les auteurs profanes de l’Empire, cette langue s’incorpore de la sorte quantité de mots nouveaux formés sur le grec, et la syntaxe elle-même subit l’action de la Bible grecque”. (*Histoire de la Littérature Latine Chrétienne*, 3^e éd., Paris, 1947, t. I, p. 76-77).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

civilização mais adiantada, não exerceu o influxo que era de esperar sobre o romance, existente na extremidade ocidental da Península. Nem faltou, para isso, como se viu, a condição de bilinguismo de uma boa parte da população. Entretanto, a influência do árabe não foi além do vocabulário. Não se conhece, no português, um só fato fonético, morfológico ou sintático, que se lhe possa atribuir.

Nem mesmo no castelhano, com que o árabe esteve mais tempo em contato, foi mais profunda essa influência. Se o meu crítico continua ainda a vacilar, atente para estas palavras de uma autoridade insuspeita, que é Engelmann:

Toutefois il ne faut pas exagérer l'influence de l'arabe sur l'espagnol. *Ni la grammaire, ni la prononciation ne s'en sont ressenties.* Le génie de ces deux langues était trop différent pour que l'une exercât sur l'autre une action tendant à la modifier. Il faut donc considérer comme de vaines imaginations "l'intonation arabe" et "les teintes mauresques" de l'espagnol, dont quelques-uns ont parlé. *Le vocabulaire seul a été enrichi de mots arabes.* (Dozy-Engelmann, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, Introduction, 2^e éd., Leyde, 1869, p. 2)

Não tem, pois, cabimento a pergunta de meu crítico: "Que mais queria o Autor?" e muito menos aquela conclusão inoportuna: "Se assim não fosse, já não existiria a língua portuguesa!" Como não existiria? Porventura a única influência admissível de uma língua sobre outra é a que se verifica no vocabulário? Foi para mostrar ao meu crítico que a sua conclusão é de todo errada, que me alonguei mais que devia nesta parte de minha resposta.

Agora, seria a minha vez de estarrecer diante da admiração com que o Prof. Mansur Guérios rematou a sua frase. Não o faço, entretanto, porque é de meu feitio não tripudiar sobre os enganos ou faltas alheias. Somos todos feitos da mesma argila friável, sujeitos, por isso, aos mesmos lapsos. Defendo-me, é certo, das críticas que julgo improcedentes. É um direito que me assiste, como a qualquer cidadão que se preza. Mas forcejo, em minha resposta, por não ultrapassar aquela linha justa que separa os homens de boa educação e caridosos dos que o não são. É que ainda, no mais aceso do debate, não me esqueço nunca da grande verdade contida nas palavras de São Paulo: *Scientia inflat, caritas vero aedificat.* (*Epistula ad Corinthios*, 1^a, c. 8)

Crítica o Prof. Mansur Guérios, como errada, a minha definição de *arcaísmos*: "palavras, formas ou expressões, que, por velhas, deixaram de ser usadas". E arremata: "Quantos vocábulos revelhos existem

que ainda são empregados”.

Parece incrível que isto tenha saído da pena de S. Ex^a. Mas a verdade é que saiu. Só uma coisa pode justificar o seu comentário tão aberrante da lógica: o meu crítico não entendeu a definição que dei. Se há “vocábulos revelhos”, ainda usados até hoje, é claro que não são arcaísmos, pois, na minha definição, só são considerados tais “os que deixaram de ser usados”.

Ademais, S. Ex^a tomou aquele “velhas” muito à letra, esquecido da advertência do evangelho de que “a letra mata”. As palavras não se tornam “velhas” pela idade, como parece pensar o meu censor. Dizemos que uma palavra “envelhece” não porque tenha séculos de uso, mas porque vai deixando de ser usada. Uma das causas desse “envelhecimento ou arcaização” é o desaparecimento da coisa, cuja ideia ela representava. Assim, pode um termo, mesmo novo, excepcionalmente arcaizar-se. Frequentemente acontece isso com os neologismos introduzidos pela moda. Passada a vigência desta, a ausência de emprego faz que ele se arcaíze. É este um fato comezinho na história das palavras. O meu crítico sabe perfeitamente disso, mas finge ignorar.

Admitamos, porém, que “velhas” esteja aí empregado na acepção verdadeira. Entre os sinônimos de “velho” não está “antiquado”? Se tiver dúvida sobre isso, consulte um vocabulário qualquer da língua. Para poupar-lhe trabalho, vou indicar um, encontradiço em todas as estantes. É o *Pequeno Dicionário Brasileira da Língua Portuguesa*. Nele encontrará S. Ex^a a confirmação do que digo. Assim, em lugar do adjetivo “velhas” entenda o meu crítico “antiquadas”.

A definição ficará, pois, assim: “Arcaísmos são palavras, formas ou expressões, que por antiquadas, deixaram de ser usadas.” Preferi “velhas” a “antiquadas” para evitar o eco resultante da sucessão final de *-adas*. Está satisfeito agora o meu crítico? O que não é possível é numa definição de arcaísmo omitir a ideia de “velho” ou “antigo”, contida no grego “archaios”, de que se formou o vocábulo.

Terminando, creio haver respondido aos reparos mais importantes que S. Ex^a fez aos meus *Pontos de Gramática Histórica*. Antes de pôr o ponto final a esta resposta, cabe-me confessar que não me move nenhum intuito polêmico. Defendo-me, volto a dizer, porque acho que é um direito que me assiste e do qual, em hipótese nenhuma, abriria mão. Em hipótese nenhuma, entenda-se, quando a crítica parte de quem merece resposta. Em caso contrário, prefiro poupar papel e tinta, tão escassos hoje, e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

me encastelar no silêncio, que é ainda a melhor resposta que se pode dar a certa casta de indivíduos.

Agradeço a S. Ex^a a ação generosa e cristã de querer desculpar os meus senões, ou que o meu crítico julga tais, com a ressalva de que me afastei “durante anos das lides magisteriais e dos estudos linguísticos”. Agradeço-lhe a ação generosa, mas não posso aceitar o motivo invocado para a justificativa de meus desacertos, se é que os houve. Não posso aceitar, porque ela nada justifica.

Penso que S. Ex^a não se sentiria satisfeito, se eu aqui, de público, dissesse, com a mesma intenção cristã, para explicar o ranço doutoral, com que condena verdades corriqueiras, que isso decorria de sua condição de filólogo da província, que não pode estar a par de tudo que se publica, no país ou fora dele, sobre assuntos de sua especialidade. Não se sentiria satisfeito, e com razão, porque isso não corresponderia à verdade. Sou dos primeiros a reconhecer o valor de S. Ex^a e proclamar-lhe os méritos de estudioso, numa terra tão pobre, como é a nossa, de verdadeiros linguistas.

Estive, é fato, alguns anos afastado das “lides magisteriais”, pagando o tributo filial de fluminense à administração de meu Estado, mas isto não significa que tivesse abandonado um gênero de estudos, para o qual me senti inclinado desde a mocidade. Ademais, se estive afastado do magistério, é força reconhecer que a ele retornei há alguns anos. Assim, já teria havido tempo, mais que suficiente, para me corrigir. Se enganos cometi – e certamente foram muitos – devem eles ser levados à conta da fragilidade humana, a que rendeu tributo o próprio Homero. Não me presumo infalível. É que, julgando o erro, como julgo, inerente ao ser humano, não me esqueço nunca da verdade contida nas palavras que Terêncio pôs na boca de Cremes: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto.* (*Heautontimorooenos*, ato I, Cena I, v. 77).

Anexo:

Carta de de Mansur Guérios²²

Curitiba, 21 de março de 1956.

Prezado Prof. Lima Coutinho.

Só agora, com o início do ano letivo, dei com o nº 4 da *Revista Filológica* e com a "Resposta a um Crítico".

Creia-me, prezado colega, creia-me que a breve apreciação aos seus *Pontos* na revista *Letras* não teve absolutamente a intenção de menosprezar a obra, nem tão pouco de desconsiderar a sua pessoa, que muito prezo e honro, com amizade que vem desde há anos. Sinto muitíssimo eu haja chocado o amigo, mas insisto em declarar-lhe não esconder malfícia naquelas observações.

Retornando a alguns tópicos discutidos, lastimo continuar a discordar do amigo:

1º) A expressão *lei de menor esforço* não pode ser incluída entre as leis fonéticas, e é o colega quem dá a razão para tal: "Como lei linguística, define-se a *lei do menor esforço* a tendência geral da linguagem para atingir o seu fim do modo mais simples e rápido possível." Ora, isto é genérico; abrange a fonética, a morfologia e a sintaxe. Como, pois, chama-la de *lei fonética*? Ou o menor esforço só se verifica nos fenômenos fonéticos? Ademais, lei do menor esforço não é peculiar à evolução das palavras portuguesas. Fenômeno universal, é verificável igualmente no chinês, no tupi, no árabe, etc.

2º) Se o colega acha que tresanda a bizantinice, p. ex., *palu* que não deu *pau*, deve igualmente achar bizantinice em todo e qualquer estudo linguístico, e deve, pois, renunciar ao esmiuçamento, ao infinitésimo das investigações jamais desprezadas pelos especialistas que ambos estimamos e estudamos.

Peço vênha para não concordar com a evolução de *palu* > *pau*. Is-

²² Transcrição do original, do Espólio de Ismael Coutinho, por José Pereira da Silva, com atualização ortográfica.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

to faria crer ao aluno que o *-u* português, no caso, é conservação do *-u* latino, de *palu*.

3º) O que escreveu o colega à p. 56 e adiante, a respeito de raiz, dá a entender que só se conhece raiz na família indo-europeia, e eu falei em "antes de se constituírem as famílias linguísticas". É verdade que Brøndal e Urban trataram do assunto em termo de linguística geral. Mas é preciso encarar o problema sob um prisma diferente. Sim, há uma abstração em *reg-*, como há em *rei* e em qualquer palavra, mas não o há dentro da oração, e sabemos que ninguém fala senão mediante oração. Em que pese a autoridade desses e de outros linguistas, sustento (perdão o expressar-me assim!) que se falava outrora **com** raízes, como ainda o fazemos na atualidade, com ou em raízes ou mediante as mesmas.

O *-s* de *regs* está no mesmo caso do fenômeno da aglutinação, e o que se verifica com as línguas aglutinantes o colega **não** o admite? Nem, portanto, reconhece essas? Mesmo que o *-s* seja, por hipótese, um símile de "cissiparidade" ou "secreção" de *reg* (fenômeno da metanálise, conforme Jespersen), ganhando um sentido, não vejo inconveniente de encará-lo como **raiz**, secundária por geração e pelo significado, pouco importa.

O reconhecimento **na palavra** de uma ideia ou significado fundamental ou principal não obsta o reconhecimento de outro ou outros significados, embora secundários ou acessórios, do elemento ou dos elementos aglutinados.

Concluindo, renovo os meus sentimentos, e aqui fico à espera do nº 5 da *Revista Filológica*.

Mansur Guérios

Rua Chile, 1787 [– Curitiba – PR]